



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA, NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES EM PONTA DELGADA E ANGRA DO HEROÍSMO

PROGRAMA DE CONCURSO



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

1 - O presente procedimento tem por objecto a aquisição de serviços de vigilância e segurança nas instalações das Residências Universitárias de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, pertencentes ambas aos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, nos termos melhor definidos nas Cláusulas Jurídicas e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e das demais Peças do Procedimento.

2 - O presente procedimento segue a tramitação do concurso público internacional, nos termos dos artigos 130.º e ss. do Código dos Contratos Públicos (CCP), e inclui as seguintes peças:

- a) Anúncio;
- b) Programa do Concurso;
- c) Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1 - A entidade adjudicante é os Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, com sede na Rua doutor Vitorino Nemésio, n.º 24 – 9500-348 Ponta Delgada.

2 - Os contactos são os seguintes:

- a) Telefone n.º (+351) 296 650 000;
- b) Correio eletrónico sase.expediente@uac.pt;
- c) Horário de funcionamento todos os dias úteis das 08h30m às 12h30m e das 13h30m às 16h30m.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar e aprovação das peças do concurso foi tomada por deliberação do Conselho de Gestão dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, de 29.11.2022.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica de contratação

- 1 - O procedimento decorrerá através de plataforma eletrónica de compras da ACINGOV, com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, sendo que a participação no concurso depende de prévia inscrição.
- 2 - O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 - Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o Júri e os concorrentes são obrigatoriamente feitas através da plataforma eletrónica, por via do envio automático de mensagens eletrónicas, devendo ficar disponíveis para consulta na área exclusiva respetiva.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se ainda patentes nas instalações da Entidade Adjudicante, sita na morada indicada no artigo 2.º, desde o dia da primeira publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificações, erros e omissões

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser apresentados pelos interessados até ao termo do 1/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 2 - Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados até termo do 2/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 3 - No prazo referido no n.º 1, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.
- 4 - Até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

5 - Consideram-se rejeitados todos os erros e omissões apresentados que, até ao final do prazo indicado no número anterior, não tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.

6 - Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

7 - Todos os atos mencionados no presente artigo são praticados através da plataforma eletrónica referida no artigo anterior.

Artigo 6.º

Prazo e modo de apresentação das propostas

1 - As propostas devem ser submetidas na plataforma indicada no artigo 4.º até às 23h59 do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio através da plataforma.

3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.

4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

5 - Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Artigo 7.º

Documentos que constituem as propostas

1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/tools/>;

b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o anexo I ao presente programa de concurso, considerando que o preço a considerar é o total agregado para os 3 anos de vigência máxima do contrato;

c) Plano de equipamentos, com a descrição das características técnicas do equipamento do sistema de controlo de acessos e de controlo de rondas, acompanhado da documentação técnica correspondente (*p.e.*, catálogos ou fichas técnicas);

d) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante;

e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*.

f) Quaisquer outros documentos que o proponente apresente por os considerar indispensáveis aos atributos da Proposta.

2 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos e, sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem os preços unitários mais decompostos (valor mensal).

3 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, com exceção do documento previsto na alínea *c)* do número anterior que pode ser redigido em inglês.

4 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Artigo 8.º

Propostas

- 1 - Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
- 2 - É obrigatório apresentar proposta à globalidade do objeto do concurso, não sendo permitido concorrer separadamente a cada um dos serviços.
- 3 - Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 9.º

Prazo mínimo de manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 60 dias contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

Artigo 10.º

Abertura das propostas

- 1 - A abertura eletrónica das propostas e dos documentos que as acompanham terá lugar no dia útil imediato à data limite de entrega das propostas e decorrerá em sessão privada, perante o Júri do procedimento.
- 2 - No mesmo dia, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica, podendo os mesmos proceder à consulta das propostas apresentadas.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

Artigo 11.º

Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas e Audiência Prévia

- 1 - O Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar sobre o mérito das propostas, no qual deve propor a exclusão das propostas e a ordenação das que forem admitidas em função do critério de adjudicação aprovado.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

2 - Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica, fixando-lhes um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3 - Cumprida a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, sendo o mesmo enviado à entidade adjudicante para homologação.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, com exclusiva avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência.

2 - Em caso de empate na avaliação das propostas, o desempate será efetuado pelo preço/hora vigilante serviço diurno de segunda a domingo excluindo feriados, das 06h00 – 21h00.

3 - Mantendo-se o empate, será realizado um sorteio, com convite à presença dos representantes dos concorrentes que apresentem as propostas empatadas.

Artigo 13.º

Adjudicação

1 - A decisão de adjudicação é comunicada através da plataforma eletrónica em simultâneo a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise das propostas.

2 - Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 10 dias úteis:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte;
- b) Confirmar, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos da proposta adjudicada, quando aplicável;
- c) Prestar a caução, exigida nos termos do artigo 15.º;
- d) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Artigo 14.º

Documentos de habilitação

O adjudicatário deve entregar através da plataforma, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a)* Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b)* Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i* - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea *d)* do artigo 55.º do CCP;
 - ii* - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea *e)* do artigo 55.º do CCP;
- c)* Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva;
- d)* Alvará comprovativo da autorização para a realização dos serviços referentes à atividade de segurança referidos nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.

Artigo 15.º

Caução

1 - O adjudicatário garantirá a celebração do contrato, bem como exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato, mediante a prestação de caução, no valor correspondente a 5% do valor anual da prestação do serviço, com exclusão do IVA, sendo que cada renovação fica condicionada à prestação de nova caução, em iguais moldes.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

2 - A entidade adjudicante poderá recorrer à caução, independentemente de decisão judicial, nos casos em que o adjudicatário não cumpra o contrato.

3 - A caução pode ser efetuada, nos termos do modelo constante do Anexo II:

a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores;

b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução.

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP

Artigo 16.º

Agrupamentos

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas esses, devem associar-se na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, antes da data da celebração do contrato escrito.

Artigo 17.º

Assinatura eletrónica

1 - Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

2 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

3 - A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas é motivo de exclusão.

4 - Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da *cit.* Lei 96/2015.

5 - Os certificados de assinatura eletrónica qualificada e de selos temporais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Artigo 18.º

Celebração de contrato escrito

1 - O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da prova da prestação da caução, mas nunca antes que tenham decorrido 10 dias sobre a notificação da adjudicação a todos os concorrentes.

2 - O contrato é reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Anexo I

Proposta de preço a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA, NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES EM PONTA DELGADA E ANGRA DO HEROÍSMO declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço total agregado de € (indicar o valor por extenso para os 3 anos de duração do contrato), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme melhor identificado no quadro *infra*:

Preços unitários:

	Preço mensal (sem IVA)	Preço anual (sem IVA)
Residência Universitária de Ponta Delgada	€ (...euros)	€ (...euros)
Residência Universitária de Angra do Heroísmo	€ (...euros)	€ (...euros)
Preço total	€ (...euros)	€ (...euros)

Preços unitários para eventuais serviços extraordinários:

Preço hora vigilante serviço diurno de segunda a domingo excluindo feriados, das 06h00 – 21h00	€ (...euros)
Preço hora vigilante serviço noturno de segunda a domingo excluindo feriados, das 21h00– 06h00	€ (...euros)



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Preço hora vigilante serviço diurno dias feriado das 06h00 – 21h00	€ (...euros)
Preço hora vigilante serviço noturno dias feriado das 21h00 – 06h00	€ (...euros)

Mais se declara que renuncia ao foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar estabelecido na legislação portuguesa em vigor.

Data Assinatura do Concorrente/ Representante Legal



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

Anexo II

Modelos relativos à caução prevista no artigo 15.º

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.



Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores

A presente garantia corresponde a 5 % do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]
